



ACÓRDÃO Nº 224/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11395/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Fundo de Previdência Social do Município de Maués – SISPREV.
- 4- **Exercício:** 2018.
- 5- **Responsável:** Cleunildo de Oliveira Alves (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICERP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 88/2020-DMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo de Previdência Social do Município de Maués – SISPREV. Exercício de 2018.

Regularidade com ressalvas. Multa. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual, referente ao exercício de 2018, do **Fundo de Previdência Social do Município de Maués - SISPREV**, de responsabilidade do **Sr. Cleunildo de Oliveira Alves**, Gestor do SISPREV e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM;
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Cleunildo de Oliveira Alves**, Gestor do **Fundo de Previdência Social do Município de Maués - SISPREV** e Ordenador de Despesas, à época, no valor de **R\$ 2.000,00** (dois mil reais), na forma prevista no artigo 1º, inciso XXVI e 52 da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 308, inciso VII, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, atualizada em 09.11.2018, tendo em vista as impropriedades não saneadas na Fundamentação do Voto, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ.



ACÓRDÃO Nº 224/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo. Na hipótese de expirar o prazo, a importância deverá ser atualizada monetariamente (artigo 55, da Lei nº. 2423/1996), ficando a DERED autorizada a adotar as medidas previstas no artigo 173 da Subseção III, da Seção III, do Capítulo X, da Resolução 4/2002 – RITCE/AM.

10.3. Determinar à origem que nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades em futuras prestações de contas:

10.3.1. Encaminhar documentos comprobatórios que comprovem, no anexo da Dívida Flutuante, os pagamentos referentes ao IRRF e suas retenções;

10.3.2. Comprovar se o RPPS enviou o Demonstrativo da Política de Investimentos – DPIN à Secretaria de Políticas de Previdência Social – SPPS, em consonância com o artigo 1º, parágrafo único, c/c o artigo 6º, incisos IV e VI, da Lei nº. 9.717/1998; artigo 5º, inciso XVI, alínea "g", da Portaria MPS nº. 204/2008 e artigo 1º da Portaria MPS nº. 519/2011;

10.3.3. Encaminhar o Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos – DAIR do RPPS ao MPS, em consonância com o artigo 6º, da Lei nº. 9.717/1998, c/c o artigo 5º, inciso XVI, alínea "d", da Portaria MPS nº. 204/2008 e artigo 22 da Portaria MPS nº. 402/2008.

10.4. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

Vencido o Voto Destaque do Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes, o qual votou pela irregularidade das Contas, aplicação de multa e notificação ao Ministério Público Estadual.

11- Ata: 6ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 10 de Março de 2020

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da



ACÓRDÃO Nº 224/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).
14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira Relatora

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral